

## PROJETO POLÊMICO

Ação ajuizada na Justiça Federal lista riscos para água, ar e pico tombado e pede a suspensão de licença para mina no cartão-postal. "Uma monstruosidade", diz prefeito

# PBH eleva pressão contra complexo na Serra do Curral

GUILHERME PEIXOTO

Classificada ontem pelo prefeito da capital mineira, Fuad Noman, como uma "monstruosidade que estão querendo fazer na Serra do Curral, um patrimônio de Belo Horizonte", a licença dada pelo governo estadual a um empreendimento minerário na Serra do Curral é alvo de ação ajuizada ontem pela administração municipal. Em 31 páginas, a Procuradoria-Geral do Município cita possíveis impactos do complexo sobre a população de BH, incluindo riscos à qualidade do ar e ano abastecimento de água. (Confira quadro)

Ajuizada na Justiça Federal, a ação solicita a suspensão da licença concedida à Taquaril Mineração S.A (Tamisa). Em vídeo publicado no Instagram, o prefeito reforçou: "Ela (a serra) não pode ser destruída para atender aos interesses econômicos, prejudicando a saúde, água e a beleza de Belo Horizonte. Vou lutar com todas as armas para defender a cidade", disse.

Além do medo de prejuízos à água e ao ar que chegam à cidade, há temor por descaracterização do Pico Belo Horizonte, um dos cartões-postais da capital. O pico está, inclusive, no brasão belo-horizontino. No dossiê entregue ao Judiciário, a prefeitura aponta a possibilidade de erosões na formação rochosa. "Belo Horizonte não quer correr o risco de que uma decisão precipitada do estado, sem ouvir a cidade, faça com que a capital de Minas tenha que trocar de nome e mudar de bandeira", diz, em entrevista exclusiva ao Estado de Minas, o subprocurador-geral do município, Caio Perona, que assina a ação.

A equipe do prefeito Fuad Noman (PSD) alega, ainda, não ter tido voz durante a análise conduzida pelo Conselho Estadual de Polí-

tica Ambiental (Copam). "O órgão ambiental estadual não analisou a questão com foco nos impactos em BH", aponta Perona.

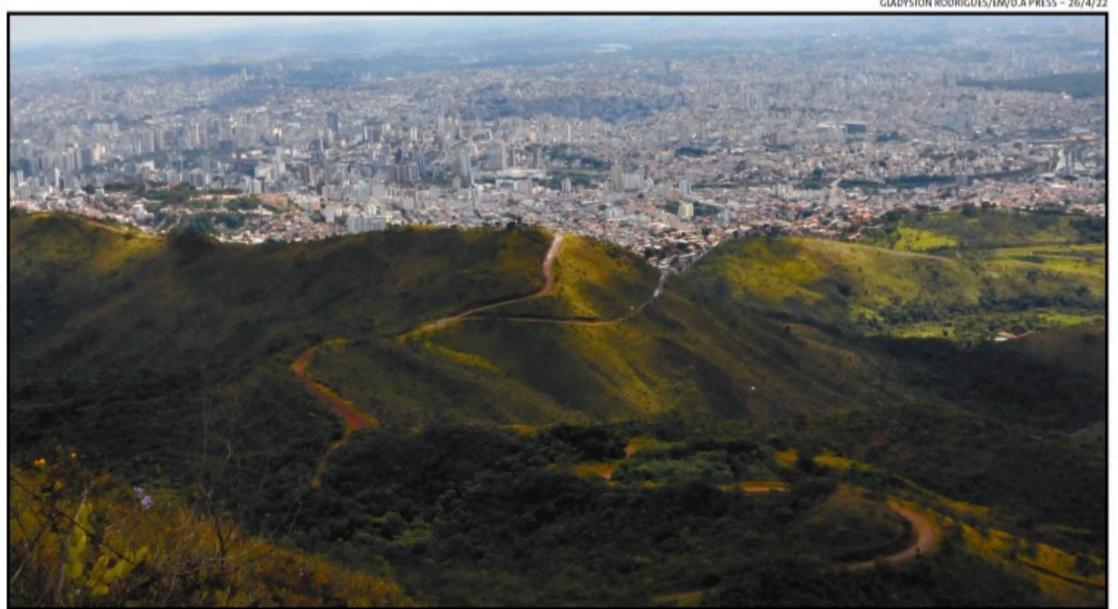
Segundo ele, a gestão municipal tentou acionar o governo estadual para, assim como Nova Lima, precisar dar aval à continuidade do processo de licenciamento. Agora, a Procuradoria do município espera, o mais rapidamente possível, a concessão de liminar para anular a autorização concedida à Tamisa.

"Temos o receio de que, assim que publicada a licença no Minas Gerais, diário oficial do estado, as atividades de mineração comecem. E, uma vez iniciadas, se houver danos eles podem ser irreversíveis."

Estudo da PBH citado na ação aponta que, na área de desejo da Tamisa está a adutora do Taquaril, responsável por transportar 70% da água tratada utilizada pelos belo-horizontinos. "O empreendimento sujeitaria a referida adutora a riscos de recalques provocados por movimentações do solo em decorrência de detonações ou de rebaixamento de lençol freático", lê-se em trecho da ação.

O Poder Executivo da capital mineira enviou à Justiça uma série de mapas que mostram as regiões da cidade atingidas diretamente por poeira, ruídos e vibrações causados pela eventual exploração da Tamisa. A companhia planeja utilizar explosivos para viabilizar a retirada de minério. Um dos agravantes citados pela prefeitura é a proximidade entre a Serra do Curral e o Hospital da Baleia. O Parque das Mangabeiras também pode ser afetado.

O desejo da Tamisa é minerar uma área equivalente a 1,2 mil campos de futebol. O objetivo é a exploração da região da Fazenda Ana da Cruz, no limite entre Nova



Vista da capital a partir do Pico Belo Horizonte, um dos cartões-postais do município: prefeitura teme desmoronamento

## OS SEIS TEMORES DA PREFEITURA DE BH

- 1 Risco geológico de erosão do Pico Belo Horizonte, tombado nas esferas municipal e federal
- 2 Risco à segurança hídrica por causa da interferência na adutora do Taquaril — responsável, segundo a prefeitura, por transportar 70% da água tratada usada em BH
- 3 Risco à população por causa dos ruídos
- 4 Risco à população pela queda da qualidade do ar por causa da poeira minerária
- 5 Risco de violação do sossego
- 6 Risco ao meio ambiente — especialmente ao Parque das Mangabeiras



Lima e a capital. O terreno está próximo ao Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da serra. O processo tem duas etapas: na primeira, espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de 13 anos. Já a segunda fase consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de itabirito friável rico, com dois anos de implantação e nove de operação.

No domingo, a companhia se defendeu das críticas de ambientalistas ao projeto. "A Tamisa considera que a opinião de um grupo organizado, com interesses pessoais e políticos, que vem divulgando informações distorcidas sobre o projeto, não deve inviabilizar um empreendimento regular, em conformidade com a legislação que beneficia toda a sociedade."

## Ambientalistas rebatem Fiemg

BERNARDO ESTILLAC E MATEUS PARREIRAS

As declarações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, relacionando as críticas à mineração na Serra do Curral a motivações políticas e a fake news repercutiram mal entre parlamentares e ambientalistas. Ontem, o dirigente convocou entrevista para defender o licenciamento concedido pelo governo estadual à Taquaril Mineração S.A (Tamisa) e chamou de "tumulto ambiental" as reações contrárias ao empreendimento.

"Não sou filiado a nenhum partido político, tenho minhas posições, que são principalmente em defesa da sustentabilidade ambiental e da justiça social (...). Essa retórica (de Roscoe) é vaga e já é conhecida pela sociedade. Uma ampla gama de setores da sociedade civil não vai suportar mais o avanço do poder público em detrimento do interesse público", afirmou o sociólogo e conselheiro do Parque Florestal Estadual da Baleia, Flávio Torre, que se opõe ao projeto.

Integrante do movimento Tiro o Pé da Minha Serra, a ativista Jeanine Oliveira, afirmou: "Quando o governador do estado (Romero Zema) para se reeleger. Pauta política diz muito mais sobre eles do que contra nós, mas estamos em uma democracia, temos que saber criticar e ouvir".

A concessão foi decidida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) na madrugada de 30 de abril. Desde então, uma forte reação de ambientalistas foi desencadeada. Roscoe tentou minimizar a questão. "Dizem, agora, nas redes sociais, que o processo de mineração na Serra do Curral

da Tamisa foi aprovada na calada da madrugada, mas não foi assim. Mais de 100 pessoas se inscreveram e falaram, muitas para protestar e tantas que se suspenderam a sessão. Não foi um ato escuso."

Para o arquiteto e professor da UFMG Roberto Andrés, no entanto, a votação por volta das 3h chama a atenção para uma "obscureza" que precisa ser explicada. "Por que ir contra a posição pública? (...) A política vem deles, são eles que estão tentando defender a todo custo um empreendimento com uma série de problemas claros", completou.

Apesar da presença de cactos ameaçados de extinção e grutas com fauna ainda em estudos na área de influência das cavas projetadas pela Tamisa, como mostrou a reportagem do Estado de Minas, Roscoe afirmou que os impactos serão mínimos e compensados. Jeanine Oliveira, entretanto, lembra que "a mancha de interferência biótica vem até a Praça Floriano Peixoto (Bairro Santa Efigênia, Leste de BH)", citando o estudo de impacto da Tamisa.

Roscoe disse ainda que a mineração na serra geraria 2 mil empregos com mão de obra local e R\$ 4 bilhões em impostos em 10 anos. Professor da UFMG, Roberto Andrés rebateu: "É uma falácia, a mineração gera pouquíssimos empregos, a indústria extrativista representa 4% do PIB (Produto Interno Bruto) e 0,5% da geração de empregos no país. Além disso, é pouco taxada, com pouco retorno direto para a população local".

As reações também foram ouvidas na Câmara Municipal. Bella Gonçalves (Psol), vereadora de Belo Horizonte, chamou de "leviana" a posição expressada pela Fiemg e destacou risco de desabamento do Pico Belo Horizonte.



O presidente da Federação das Indústrias, Flávio Roscoe, classificou as reações contrárias à mineração como "tumulto ambiental"

Na Assembleia Legislativa, deputados articulam uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as circunstâncias do processo que culminou na licença dada à mineradora. Até o início da noite de ontem, já haviam sido colhidas 19 das 26 assinaturas necessárias para instaurar o comitê.

André Quintão (PT), um dos signatários do pedido de CPI, crê que o presidente da Fiemg trafega "na contramão" do pensamento majoritário no estado. "Ao que me consta, o Ministério Público, conselhos e entidades da sociedade civil não disputam cargos eletivos neste ano. O problema é que, em Minas, alguns setores econômicos querem impor seus interesses, sem um debate".

Integrantes da Comissão de Minas e Energia convocaram a secretária de Meio Ambiente e presidente do Copam, Marília Melo, para explicar a concessão. (Com GP)

### OPINIÃO DO EM

## O erro da Fiemg

O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, convocou a imprensa ontem com dois objetivos. O primeiro deles, legítimo, como um dos representantes do setor produtivo do estado, foi o de defender a realização do empreendimento. O outro, equivocado, foi a acusação de que os protestos contra a atividade mineradora na Serra do Curral têm relação com "candidatos e grupos" partilhados em um ano de

eleições. A preservação de um dos símbolos de Minas Gerais é um tema que mobiliza toda a população, não apenas políticos ou ambientalistas. Reduzir a um interesse eleitoral a reação forte e imediata da comunidade é um erro. Preservar o que ainda pode ser preservado em nosso estado não é uma questão de votos: é uma questão de respeito ao que sobrou de um de nossos patrimônios ambientais.

### TRÊS PERGUNTAS PARA...

CAIO PERONA, SUBPROCURADOR-GERAL DE BELO HORIZONTE

- 1) **O que leva a Procuradoria a acreditar que a suspensão da licença será determinada pela Justiça?**  
A Serra do Curral é muito importante para Belo Horizonte. O nome Belo Horizonte está intrinsecamente relacionado à vista da Serra do Curral; a bandeira da cidade tem a Serra do Curral exposta. Esperamos que a Justiça se sensibilize com os impactos que a mineração pode causar a BH sem que o município tenha sido ouvido. O estado de Minas Gerais editou um decreto que restringe a legislação federal que obriga a participação dos municípios afetados por empreendimentos do tipo. A legislação estadual não pode, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), restringir uma legislação federal mais protetiva ao meio ambiente. Esse decreto é inconstitucional. Pedimos à Justiça Federal que esse decreto seja declarado inconstitucional. A consequência: Belo Horizonte deve participar do processo de licenciamento, porque os impactos ambientais do empreendimento minerário não respeitam a linha imaginária, criada pelo homem, dos limites entre BH e Nova Lima. Temos incertezas sobre os níveis em que esses impactos ambientais — relação com ruídos, poeira, vibração, fauna, flora e segurança hídrica — atingirão Belo Horizonte. O órgão ambiental estadual não analisou a questão com foco nos impactos em BH. Esse foco, só quem pode dar é a prefeitura. Temos muita preocupação com o Pico Belo Horizonte. O órgão ambiental não analisou, com a profundidade necessária, os riscos geológicos ao pico. BH não quer correr o risco de que uma decisão precipitada do estado, sem ouvir a cidade, faça com que a capital de Minas tenha que trocar de nome e mudar de bandeira.
- 2) **Na ação, a prefeitura lista seis possibilidades de danos, com riscos à água, ao ar, ao solo, à fauna e à flora. O direito desperta mais temor?**  
O conjunto de danos. No direito ambiental existe o princípio da precaução: quando se tem incerteza científica, não podemos apostar no dano — pois o dano é irreversível. Caso qualquer um daqueles danos expostos pela Procuradoria se concretize, será muito sério. Não é preciso que os seis se concretizem. O governo do estado, na decisão do Copam, não deu segurança de que aqueles danos não ocorrerão em Belo Horizonte — justamente porque não tiveram foco no município e excluíram a participação da cidade no procedimento (de obtenção da licença).
- 3) **A Prefeitura de BH em nenhum momento foi procurada para participar do licenciamento?**  
Solicitamos o governo do estado, em mais de uma oportunidade, solicitando que, assim como Nova Lima, a Prefeitura de Belo Horizonte tivesse que dar uma carta de anuência após analisar o empreendimento em todas as facetas que pudessem afetar a população da cidade. Pela importância do assunto para BH, acreditamos que a Justiça terá a sensibilidade de decidir a questão com a urgência que o tema merece. Temos o receio de que, assim que publicada a licença no Minas Gerais, diário oficial do estado, as atividades de mineração comecem. E, uma vez iniciadas, se houver danos eles podem ser irreversíveis.